

Crítica e defesa marcam 20 anos da Constituição

Para o presidente Lula, o principal resultado da Constituinte de 1988 é a garantia da democracia. Mas não foi só de elogios a comemoração dos 20 anos: Garibaldi Alves criticou uma situação “não muito equilibrada” entre os Poderes. **6**



Geacdo/Megata

Entre opositores, Jucá defende a aprovação das duas MPs que acabaram acatadas pelo Plenário

Senado aprova medida que destina R\$ 15 bi ao BNDES

Outra MP acolhida pelo Plenário cria o que Marina Silva chama de “mecenato para a questão ambiental”: isenção de tributos para valores doados contra desmatamento

O Plenário do Senado aprovou ontem duas medidas provisórias: a que autoriza a União a emitir R\$ 15 bilhões em títulos públicos para emprestar o dinheiro ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a que isenta das contribuições Cofins e PIS/Pasep o dinheiro doado para ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento. A primeira vai à promulgação e a segunda, à sanção presidencial. **3**



João Cruz



João Cruz

Ao alto, Serraglio, Chinaglia, Lula, Gilmar Mendes e José Alencar ouvem críticas de Garibaldi, que, na foto acima, planta árvore no Bosque dos Constituintes

Comissão muda relatório e eleva emendas para R\$ 10 mi

A Comissão de Orçamento aprovou o relatório preliminar de Delcídio Amaral à proposta do Orçamento da União para o próximo ano. Uma mudança elevou o valor das emendas individuais de R\$ 8 milhões para R\$ 10 milhões – o que deverá ser compensada com corte em emendas de bancada e de comissão. **5**

Congresso autoriza créditos de R\$ 6 bilhões

O Congresso Nacional aprovou ontem à noite projetos de créditos suplementares e especiais no valor de R\$ 6,08 bilhões. Uma das propostas acolhidas libera R\$ 1,3 bilhão para compensar estados, municípios e Distrito Federal por perdas decorrentes da Lei Kandir, que cria benefícios para exportadores. **5**

Acolhido projeto que altera interrogatório

A Comissão de Justiça do Senado acolheu ontem proposta que permite o interrogatório de presos por videoconferência. O substitutivo que Tasso Jereissati apresentou a projeto de Aloizio Mercadante ainda será submetido a um segundo turno de votação antes de ser considerado aprovado pela comissão. **7**

Proposta de Expedito Júnior, que recebeu o voto favorável da Comissão de Ciência e Tecnologia, restringe apenas a veiculação, na rede mundial de computadores, de mensagens sob anonimato

Aprovado projeto que libera a propaganda eleitoral na internet

A INTERNET DEVE ficar de fora das restrições de tempo impostas pela legislação eleitoral para a realização de campanhas políticas, de acordo com projeto aprovado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). O autor da proposta (PLS 291/08), senador Expedito Júnior (PR-RO), sugeriu tornar livre a propaganda eleitoral pela rede mundial de computadores, vedando apenas a veiculação de mensagens sob anonimato ou por outros métodos contrários à lei penal.

Conforme o artigo 36 da Lei Eleitoral (Lei 9.504/97), a propaganda só é permitida após o dia 5 de julho do ano da eleição. Para assegurar equilíbrio entre os concorrentes, a lei também impõe restrições ao noticiário dos veículos de comunicação e estende sua aplicação aos sites mantidos por essas organizações na internet.

A legislação não faz referência direta ao uso da rede de computadores pelos candidatos, mas essa lacuna vem sendo preenchida por resoluções do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A última (Resolução 222.718, de fevereiro de 2008), na prática, incorporou a restrição temporal aplicada à propaganda por rádio e TV. O artigo 18 determina que a propaganda pela internet seja feita apenas em página destinada exclusivamente à campanha eleitoral, admitindo que o concorrente mantenha o site até a antevéspera da eleição.

Arrecadação

Para Expedito Júnior, se bem utilizada, a internet pode servir de "instrumento da democracia". O relator da matéria, Wellington Salgado (PMDB-MG), no voto pela aprovação da proposta, afirma que não há

fundamento nas preocupações do TSE, que levaram à restrição do uso da internet. Um dos temores seria proporcionar um benefício maior para os candidatos capazes de atrair maior volume de contribuições. Com base nesses recursos, eles poderiam multiplicar os pontos de divulgação na rede de computadores e abrir vantagem sobre os concorrentes menos favorecidos em recursos.

Para Wellington Salgado, essa preocupação subestima os novos recursos da internet, que tanto ampliam a comunicação com os eleitores como permitem a prestação de contas em tempo real dos valores arrecadados, com maior transparência para os eleitores. Outro aspecto seria a redução acelerada dos custos de implantação e manutenção dos instrumentos de comunicação via internet, o que relativiza o peso do poder econômico.



Marcialume

Wellington Salgado (E), presidente da CCT, apresentou relatório favorável à proposta que amplia as formas de contato com o eleitor

Ministério deverá esclarecer ação de rádio pirata em SP

A Comissão de Ciência e Tecnologia aprovou ontem requerimento para que o Ministério das Comunicações preste informações a respeito de denúncia apresentada ao colegiado sobre irregularidades no uso dos sinais de radiodifusão em frequência modulada na capital de São Paulo. O requerimento é do presidente da CCT, senador Wellington Salgado (PMDB-MG).

O ministério deverá ainda prestar esclarecimentos sobre denúncia em relação à concorrência que destinou a outorga para instalação de uma emissora de rádio FM na cidade de São Gonçalo (RJ). O projeto de decreto legislativo que autoriza o funcionamento dessa emissora (PDL 422/06) encontra-se em análise na CCT. O pedido de informações é do senador Gim Argello (PTB-DF).

A comissão também aprovou requerimento de Renato Casagrande (PSB-ES) para a realização de audiência pública sobre projeto (PLS 203/08) de Serys Slhessarenko (PT-MT) que torna obrigatória a implantação de um inventário florestal digital.

Projeto impede uso de modelos muito magras em desfiles

Proposta do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que impede o emprego de modelos muito magras em campanhas publicitárias e desfiles de moda foi aprovada ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia. Nesses ou em qualquer outro tipo de evento com finalidade comercial ou promocional, de acordo com a proposta, fica proibida a exibição pública da imagem de profissionais da área com índice de massa corporal (IMC) inferior a 18.

Para a relatora da matéria (PLS 691/07), Rosalba Ciarlini (DEM-RN), a medida representa uma "ação de solidariedade" à juventude do país. Segundo a senadora, que também é médica, os padrões de beleza difundidos contribuem para a valorização social da anorexia nervosa, transtorno psicológico que leva suas vítimas a rejeitarem alimentos, na busca "desenfreada" por um corpo cada vez mais magro. As mulheres adolescentes estão mais expostas, diz a senadora, já que são mais vulneráveis à opinião de grupos, em período de grandes transformações físicas e de inseguranças.

Jefferson Praia destaca simpósio sobre fiscalização de obras

O senador Jefferson Praia (PDT-AM) registrou sua participação como orador e representante do presidente do Senado Federal, Garibaldi Alves Filho, no 12º Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas (Sinaop), que se iniciou na segunda-feira. O simpósio tem como objetivo o debate e a troca de informações sobre o controle de obras públicas visando à integração de ações institucionais destinadas ao bom andamento

dessas obras.

O evento, que se estenderá até amanhã, é resultado de um esforço conjunto de entidades governamentais e não-governamentais.

– As discussões e propostas do simpósio estão ligadas intimamente à conscientização crescente da sociedade sobre o imperativo de ordem ética e política de transparência no uso do dinheiro público – disse Jefferson Praia.



Gerardo Magalhães

Sociedade quer transparência no uso do dinheiro público, afirma Jefferson

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão deliberativa em Plenário

A sessão plenária, às 14h, é deliberativa. Quatro medidas provisórias trancam a pauta de votações.

Garibaldi será condecorado

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, recebe, às 10h, o senador Paulo Paim (PT-RS) e deputados estaduais gaúchos; e, às 15h30, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e representantes da Confederação Nacional dos Pescadores. Às 19h30 será condecorado, no Ministério Público do Distrito Federal, com a Ordem do Mérito do Ministério Público Militar.

Comissão para reforma do Regimento se reúne às 9h

Será instalada, às 9h, a Comissão Temporária Interna para Reforma do Regimento Interno do Senado Federal. Haverá eleição do presidente e do vice-presidente do colegiado, além da apresentação do Estudo da Comissão Especial para Revisão do Regimento Interno do Senado Federal e Normas Correlatas, criada por ato do presidente da Casa.

CMO realiza audiência em Porto Velho

A Comissão Mista de Orçamento realiza audiência pública, às 14h, na Assembleia Legislativa de Rondônia, em Porto Velho, para debater o projeto do Orçamento de 2009.

Transposição do rio São Francisco

Às 10h, a Comissão Temporária de Transposição do Rio São Francisco se reúne para definir o calendário de atividades e para votar requerimentos.

Resíduos sólidos: calendário e votação de requerimentos

Reunião às 11h da Subcomissão Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos, que funciona no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). No encontro, o colegiado deverá definir o calendário de atividades e analisar requerimentos.

Na Comissão de Turismo, os direitos de passageiros

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) se reúne às 10h30 para analisar quatro projetos, tramitando em conjunto, que alteram o Código Brasileiro de Aeronáutica, para dispor sobre direitos de passageiros.

CRE examina acordo assinado com o governo da Alemanha

Reunião às 10h da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deve examinar três itens. O primeiro projeto em pauta aprova o texto do acordo assinado entre os governos do Brasil e da Alemanha sobre o Estatuto de Instituições Culturais.



Gerardo Viegas

Expedito Júnior nega as acusações de compra de votos em 2006

Expedito Júnior vai recorrer da cassação

Expedito Júnior (PR-RO) informou, por meio de sua assessoria, que vai recorrer contra a perda de mandato determinada pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE). O senador vai impetrar pedido de liminar junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para que possa manter-se no cargo.

A decisão, tomada terça-feira, incide também sobre o governador do estado, Ivo Cassol. Os dois são acusados de compra de votos e abuso de poder nas eleições de 2006.

Expedito Júnior voltou a dizer, por meio de sua assessoria, que as acusações são infundadas.

Jobim: país deve pensar no futuro

Em almoço de lançamento da Frente Parlamentar de Defesa Nacional, ontem, no Clube Naval de Brasília, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, conclamou o país a pacificar-se com o passado e dedicar suas energias a construir o futuro.

– O compromisso que precisamos assumir diz respeito ao futuro, não ao passado – disse.

O discurso foi interpretado pelos presentes como um recado aos que consideram imprescritíveis os crimes de tortura e terrorismo anteriores à Lei de Anistia. A tese do ministro da Defesa coincide com a do presidente do Senado, Garibaldi Alves, segundo a qual o Brasil aprovou e executou uma Lei de Anistia, que contemplou todos os crimes políticos que a antecederam.

Ideli quer mais crédito para construção civil

Ideli Salvatti (PT-SC) disse considerar necessária a ampliação do crédito individual para a construção civil. A medida, afirmou, beneficiaria o pequeno construtor, em geral de baixa renda, e aumentaria a atividade do setor de materiais de construção.

A parlamentar relatou encontro entre representantes da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção e a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. Os empresários disseram que as medidas adotadas para conter a crise de crédito na construção civil são insuficientes, como a medida provisória (MP 443/08) que permite à Caixa Econômica Federal comprar ações de incorporadoras.

– Tudo o que já foi feito até agora é ótimo, mas não resolve o problema do indivíduo, que é o grande motor do setor da cadeia produtiva da construção civil. Tem que ampliar o crédito para as pessoas poderem comprar o seu material picado mesmo.



Gerardo Viegas

Para Ideli, é preciso beneficiar o construtor de baixa renda

Garibaldi: MP 402 é inconstitucional

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, comunicou que o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou, em caráter liminar, a inconstitucionalidade da medida provisória (MP 402/07), convertida na Lei 11.656/08, que abriu crédito extraordinário de R\$ 1,64 bilhão no Orçamento para investimento em obras em rodovias e transposição de rios.

Segundo Garibaldi, a decisão foi tomada em julgamento de ação direta de inconstitucionalidade (ADI) ajuizada pelo PSDB. O argumento do STF é que os eventos que justificariam esses gastos não podem ser considerados imprevisíveis nem de calamidade pública, fugindo, portanto, aos requisitos constitucionais para apresentação de medidas provisórias.



Jonas Pereira

João Pedro: o que está em jogo são os minérios e o petróleo da Amazônia

João Pedro visita bases militares

João Pedro (PT-AM) relatou ontem visita de parlamentares ao Comando Militar da Amazônia, em Manaus, à 16ª Brigada de Infantaria de Selva, em Tefé, ao 8º Batalhão de Infantaria de Selva, em Tabatinga, e ao 3º Pelotão Especial de Fronteira, na localidade de Vila Bittencourt, no município de Japurá, na fronteira entre Colômbia e Brasil.

– É importante que o Congresso Nacional conheça a presença das Forças Armadas na Amazônia. Não há problemas entre os índios e o Exército. Não é mais a terra que está em jogo na Amazônia, mas a biodiversidade, os minérios e o petróleo – afirmou.

Senado acolheu segunda MP, em poucos meses, reforçando capacidade de financiamento do banco. Também acatou incentivo a doações para combate ao desmatamento



Gerardo Viegas

Senadores também acataram ontem isenção de contribuições para valores doados à preservação de biomas tropicais

Plenário aprova medida que empresta R\$ 15 bi ao BNDES

O PLENÁRIO APROVOU a medida provisória que autoriza a União a emitir R\$ 15 bilhões em títulos públicos e emprestar o dinheiro ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – MP 439/08. Esta é a segunda vez nos últimos meses que o governo concede empréstimos ao banco, para reforçar sua capacidade de financiamento. O primeiro foi de R\$ 12,5 bilhões, adotado pela MP 414/08, já transformada em lei.

Ao justificar o novo empréstimo ao BNDES, os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Desenvolvimento, Miguel Jorge, argumentaram em agosto, antes do agravamento da crise financeira, que a demanda por financiamentos do banco neste ano pode chegar a R\$ 95 bilhões. No biênio 2009/2010, a instituição deverá emprestar

outros R\$ 200 bilhões e, conforme os ministros, para isso o BNDES precisa aumentar sua capacidade em R\$ 32 bilhões para bancar projetos.

A MP 439/08 também revogou a 437/08, que transformava a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca em ministério. O governo decidiu enviar projeto de lei com o mesmo conteúdo.

Biomias

As doações em espécie recebidas por bancos federais destinadas a ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável dos biomas brasileiros terão suspensa a incidência do PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). É o que determina o PLV 26/08, também

aprovado ontem no Plenário.

A destinação das doações deve ser feita no máximo em dois anos, e os recursos poderão ser utilizados em ações em outros países tropicais.

“A matéria nos leva a uma reflexão acerca de disciplinar as doações, sejam de grupos privados ou internacionais, no que diz respeito ao combate ao desmatamento”, afirmou o relator-revisor, senador João Pedro (PT-AM). Já Marina Silva (PT-AC) definiu a iniciativa como “uma espécie de mecenato para a questão ambiental”.

O PLV é proveniente da MP 438/08, modificada na Câmara, e que já foi regulamentada por dois decretos do Executivo, os quais prevêem a criação do Fundo Amazônia e especificam as ações ambientais em que deverão ser aplicados os recursos.

Senadores enviarão mensagem de apoio a Obama

Com apoio de vários outros senadores, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) apresentou em Plenário requerimento propondo voto de congratulações ao presidente eleito dos Estados Unidos, o senador democrata Barack Obama. A mensagem será enviada por intermédio do embaixador norte-americano, Clifford Sobel.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) também enviará mensagem a Obama. O objetivo é manifestar confiança “nos novos tempos de mudanças e em relações internacionais menos tensas e mais baseadas na cooperação entre os povos, principalmente com relação ao meio ambiente”.

A mensagem – sugerida por José Nery (PSOL-PA) – foi acatada pelo presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), para quem a vitória de Obama, que é negro, “foi uma demonstração de que a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos deu frutos, e que o futuro é de mudanças, de olhar otimista, aglutinador e conciliador”.

– O mundo está em festa – disse Paim, acrescentando que “este é o momento ideal” para que seja aprovado, no Brasil, o projeto de Estatuto da Igualdade



Moniz Vaz



Gerardo Viegas

Para Nery (ao alto), EUA estarão mais abertos ao diálogo. “Lição de democracia para o PT”, diz Mão Santa

Racial, em análise na Câmara.

Já José Nery disse esperar ter sido a vitória de Obama um sinal de que aquele país terá um diálogo mais aberto e ficará menos propenso a ter uma visão imperialista sobre o planeta em todos os aspectos e assuntos.

A chegada de Barack Obama à Casa Branca significará um melhor relacionamento entre os Estados Unidos e a América Latina, na avaliação do presidente do Senado, Garibaldi Alves.

– A eleição de Obama foi uma

demonstração de que a política que estava sendo levada a efeito pelos republicanos era uma política errada, intervencionista.

Em Plenário, Flávio Arns (PT-PR) afirmou que a eleição de um presidente negro para os EUA “é uma mudança radical” num país com todo um passado conturbado em relação aos direitos humanos e civis. Cristovam Buarque (PDT-DF) frisou desejar que a eleição de Obama represente avanços na discussão de “problemas centrais da Humanidade, como a pobreza e a degradação do meio ambiente”.

Mão Santa (PMDB-PI) ressaltou que o PT e o PMDB precisam aprender democracia com os norte-americanos. O líder do PSB, Renato Casagrande (ES), avaliou positivamente a mudança de direcionamento na política econômica “muito conservadora, sem diálogo”, que até agora vinha sendo implementada pelo presidente George W. Bush, e que “agora aponta para uma política onde a sociedade será ouvida”. Ele também comemorou a perspectiva de que haverá menos interferência na soberania dos demais países.

Magno Malta (PL-ES) também registrou sua satisfação pela eleição de Obama.

Para Valter Pereira, agricultura é a solução



Valter Pereira afirma que remédio para crise é o agronegócio

O remédio para o Brasil enfrentar a crise financeira internacional está no agronegócio, disse ontem o senador Valter Pereira (PMDB-MS). Ele afirmou que, de acordo com dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a safra brasileira de arroz, feijão, soja, milho, algodão e outros grãos para 2008/2009 está projetada em 145 milhões de toneladas.

– Estou convencido de que o agronegócio é uma verdadeira terapia para a crise econômica. Afinal, alimento é prioridade hoje e será prioridade amanhã.

Sérgio Guerra: Lula faz política com a crise



Oposição não torce pela crise financeira, diz Sérgio Guerra

O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), que preside seu partido, negou hoje em Plenário que a oposição torça pelo “quanto pior, melhor” com relação à crise financeira internacional, conforme estaria sendo insinuado por setores do governo. O parlamentar reclamou do presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmando que ele está fazendo uso político-eleitoral da crise.

– O presidente fica dizendo que a crise não existe, que estão torcendo contra, não tem nada disso. Ele está fazendo política com a crise. Isso não dá, não vamos dar fundamento a isso – frisou.

CPI recebe 18.500 álbuns do Orkut suspeitos de pornografia

O advogado do Google no Brasil, Ivo Correa, representando a direção da empresa, entregou ontem à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia informações referentes a 18.500 álbuns fechados do Orkut, suspeitos de conter imagens de pornografia infantil. Os álbuns foram identificados a partir de denúncias enviadas por usuários da internet à organização não-governamental Safernet.

Essa é a segunda vez que a CPI pede a quebra de sigilo de páginas do Orkut e recebe os

dados necessários à identificação de pedófilos que usam o site de relacionamento do Google. Em abril, foram entregues ao colegiado informações sobre 3.261 álbuns, as quais levaram à identificação de mais de 500 pedófilos.

O presidente da CPI, Magno Malta (PR-ES), acredita ser possível identificar agora até 7 mil pedófilos. Os senadores Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Romeu Tuma (PTB-SP) e Virgínio de Carvalho (PSC-SE) elogiaram o trabalho da CPI.



Ivo Correia (E), Geraldo Mesquita Junior, Magno Malta e Virgínio de Carvalho

Agência de proteção infantil também é aprovada na CDH

A instituição ficará vinculada à Presidência da República e será responsável pela formulação e execução de políticas públicas de proteção aos menores do país

A CRIAÇÃO DA Agência Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente foi ratificada ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que aprovou, em turno suplementar, projeto de lei com esse objetivo. De autoria do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), a matéria, acolhida em decisão terminativa, determina

que o órgão fique vinculado à Presidência da República e seja responsável pela formulação e execução de políticas públicas de proteção aos menores.

O substitutivo já havia sido aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a partir de relatório do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). Pela proposta (PLS 50/05), que teve a senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) como relatora na CDH, a agência terá as atribuições de regular,



Senador Cristovam Buarque é o autor do projeto

acompanhar, controlar e avaliar a execução das políticas de proteção à criança e ao adolescente, bem como propor diretrizes para tais políticas.

Cabe ainda à agência promover, entre outras funções definidas pelo substitutivo, estimular e executar, diretamente ou por meio de convênios, as políticas de proteção à criança e ao adolescente originadas e formuladas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

Debates

Também foi aprovado na reunião requerimento do senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH, de realização, ainda em novembro, no âmbito da comissão, de um ciclo de audiências públicas sobre a igualdade racial, com o tema “O negro no Brasil”. O primeiro debate, na próxima segunda-feira,

abordará a participação do negro na política.

A Lei de Anistia, cujos limites vêm sendo questionados em virtude de crimes de tortura, também será debatida. O colegiado convidará os ministros da Justiça, Tarso Genro, e da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Paulo de Tarso Vannuchi; o advogado-geral da União, José Antônio Dias Toffoli; e o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes.

Servidor nega denúncias de que tenha explorado adolescentes

Em depoimento à comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, o servidor do Senado Ewandro de Carvalho Sobrinho, acusado de exploração sexual de adolescentes, negou as denúncias, mas se recusou a responder às perguntas referentes ao inquérito aberto contra ele pela Polícia Civil do Distrito Federal. Ele usou de seu direito constitucional de permanecer calado.

Conforme informações divulgadas pela imprensa no início de setembro, Ewandro Sobrinho foi acusado de manter relações

sexuais com adolescentes de 14 e 16 anos. As denúncias teriam sido confirmadas pelas próprias menores e pelos porteiros do prédio onde ele mora, em Brasília.

No início do depoimento, o presidente da CPI, senador Magno Malta (PR-ES), ofereceu ao depoente a oportunidade de utilizar a audiência na CPI para se defender, o que foi recusado por Sobrinho. Romeu Tuma (PTB-SP) e Virgínio de Carvalho (PSC-SE) também não obtiveram respostas às perguntas feitas ao depoente.

Programas habitacionais voltados aos idosos

Os idosos poderão passar a ter acesso a um número maior de habitações populares construídas por programas públicos ou subsidiados com recursos públicos. A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) acolheu ontem projeto de lei da Câmara (PLC 150/08) que altera o Estatuto do Idoso para garantir o benefício. Com relatório favorável do senador Paulo Paim (PT-RS), a proposta vai a Plenário.

O estatuto (Lei 10.741/03) reserva aos idosos três por cento dos imóveis residenciais construídos em programas governamentais. O texto aprovado determina que “pelo menos três

por cento das unidades habitacionais residenciais” serão reservadas. A justificativa está no aumento do número de idosos no Brasil.

– Hoje há um limite de três por cento. Agora será um mínimo de três por cento – afirmou Paim.

O senador, que é o autor do Estatuto do Idoso, explicou que se trata de uma modificação “muito pequena, mas que pode trazer benefícios aos idosos”.

Cartórios

O Plenário analisará também projeto de lei que obriga os notários e oficiais de registro a encaminhar à corregedoria dos tribunais, para publicação, até

o dia 31 de março de cada ano, relatório sobre os emolumentos recebidos no ano anterior. A proposta, elaborada pela CDH, foi aprovada ontem. A matéria altera a Lei dos Cartórios (Lei 8.935/94) e foi feita com base em sugestão do Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul (Condesesul), em Minas Gerais.

A CDH acolheu ainda requerimento de Marina Silva (PT-AC) para que sejam realizadas audiências na Assembléia Legislativa do Acre sobre a atuação do líder seringueiro Chico Mendes, assassinado há 20 anos. O objetivo, disse a senadora, é homenageá-lo e fomentar os ideais de preservação da floresta.

ACM Júnior critica situação de porto baiano



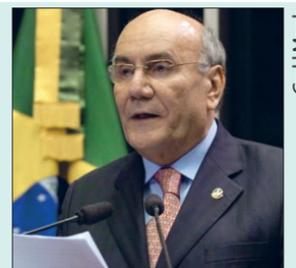
Senador aponta prejuízos ao desenvolvimento do estado

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) reclamou em Plenário das deficiências de infra-estrutura que cerceiam o desenvolvimento do estado da Bahia. Ele citou especificamente os casos do Porto de Salvador e da rodovia BR-235.

De acordo com o parlamentar, o Porto de Salvador encontra-se em “situação vexatória”. ACM Júnior afirmou ainda que, no primeiro semestre deste ano, o desvio de cargas exportadas para fora da Bahia representaram prejuízos ao estado de R\$ 50 milhões.

Flexa Ribeiro pede mais rapidez para o PAC

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse ontem que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo governo em 2007, não passou até agora de um “plano de aceleração da comunicação”, já que as obras teriam “números mascarados”. Para o senador, o governo vem “camuflando péssimos resultados para esconder a má gestão”. Ele criticou os critérios da Casa Civil, que considera, por exemplo, a BR 163 com “status de pavimentação”, mas tem apenas dez quilômetros pavimentados, dentre os mais de mil previstos.



Flexa Ribeiro critica lentidão das obras previstas pelo plano



Para senador, "é irracional" captar recursos à taxa de 13,75% ao ano

Agripino critica proposta que cria Fundo Soberano

O líder do DEM no Senado, José Agripino (RN), criticou a proposta de criação do Fundo Soberano do Brasil (FSB), já aprovada pela Câmara e que será examinada pelo Senado.

Para Agripino, "é irracional" discutir a criação de um fundo que dependerá de recursos captados à taxa de 13,75% ao ano e comprará títulos do Tesouro dos Estados Unidos com remuneração de 2% ao ano.

O líder do DEM acha que o fundo, destinado a amparar operações do Brasil no exterior, poderia se justificar em um momento de receitas crescentes. Mas não é o caso atual, avalia, pois, segundo ele, a atividade econômica começa a dar sinais de enfraquecimento.

O senador também disse estranhar a medida provisória que criou cargos e reajustou salários de servidores, advertindo que o momento é de cortar gastos.

Virgílio protesta contra "demagogia eleitoreira"

Manifestando estranhamento em relação a uma notícia publicada no jornal *O Globo*, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) cobrou uma definição do governo quanto ao encaminhamento de seguidas proposições que aumentam os gastos públicos. Segundo o jornal, a oposição tenta evitar a criação de novos postos e aumento para servidores. Para o senador, a oposição ficou com a responsabilidade de conter os gastos, enquanto o governo faz demagogia eleitoreira.

Virgílio disse que a oposição não quer criar dificuldades, e, sim, viabilizar soluções para a crise. Mas também não vai fazer "papel de inocente útil nas mãos de demagogos".

O senador assinalou ainda que o preço de o governo não se mostrar à altura das soluções que a crise financeira internacional exige é o confronto com a oposição.



Segundo Arthur Virgílio, "oposição não fará papel de inocente útil"

Valor está previsto no parecer preliminar aprovado ontem pela Comissão Mista de Orçamento. Texto reduz para 3,7% previsão de crescimento da economia em 2009

Emenda individual para o Orçamento será de R\$ 10 mi

A COMISSÃO MISTA de Orçamento aprovou ontem o relatório preliminar, elaborado pelo senador Delcídio Amaral (PT-MS), ao projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2009. O texto, agora denominado parecer preliminar, elevou o valor das emendas individuais de R\$ 8 milhões para R\$ 10 milhões.

Conforme Delcídio, a alteração, decidida pela comissão ao aprovar emenda do deputado José Guimarães (PT-CE), deverá ser compensada com o corte dos valores globais de emendas de bancada e de comissão.

– Meu relatório rejeitava esse aumento. Foi apresentado um destaque em Plenário e fui muito claro [ao dizer] que não podíamos aumentar a despesa, por isso deveremos cortar emendas de comissão e de bancada – afirmou Delcídio.

Cortes

Devido à previsão de menor crescimento econômico nos próximos anos, em consequência da crise financeira mundial,

Delcídio já havia incluído em seu relatório a possibilidade de efetuar cortes nas programações de investimentos e custeio da lei orçamentária para 2009 de até 20%. O texto aprovado hoje confirma tal expectativa.

O senador informou, relatando encontro que teve na terça-feira com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, que os cortes no Orçamento de 2009 poderão atingir o montante de R\$ 8 bilhões.

Crescimento

O parecer preliminar aprovado traz os mesmos parâmetros e projeções econômico-fiscais da proposta orçamentária enviada pelo Executivo. Contudo, Delcídio Amaral informou que os técnicos do Ministério do Planejamento já estão revisando seus valores. A previsão de crescimento do produto interno bruto (PIB) em 2009 deverá ser reduzida de 4,5% para 3,7%; a de inflação, em função da valorização do dólar frente ao real, deverá passar de 4,5% para 4,9%.



Delcídio Amaral (à esq., ao lado de Mendes Ribeiro e Serys), relator-geral do Orçamento, lê o parecer aprovado

Congresso aprova recursos para compensar estados exportadores

O Congresso Nacional aprovou na noite de ontem 12 projetos de lei de abertura de créditos suplementares e sete pedidos de abertura de créditos especiais no valor global de R\$ 6,08 bilhões.

Uma das matérias mais importantes aprovadas pelos parlamentares (Projeto de Lei 27/08-CN) libera recursos da ordem de R\$ 1,3 bilhão em favor de transferências a estados, Distrito Federal e municípios. Os recursos se destinam a compensar os entes exportadores por perdas decorrentes da aplicação da Lei Kandir, de incentivo às exportações.

Marinha

Outro pedido de abertura de crédito relevante acatado pelo Congresso foi o PL 47/08-CN, que concede ao Ministério da Defesa crédito especial no valor de R\$ 167,4 milhões. O dinheiro tem por finalidade permitir à Marinha do Brasil dar continuidade ao Plano de Levantamento da Plataforma Continental

Brasileira (Leplac), instituído pelo Decreto 98.145/89, com o propósito de estabelecer o Limite Exterior da Plataforma Continental Brasileira, dentro do qual o Brasil poderá exercer direitos de soberania para a exploração e o aproveitamento dos recursos naturais do leito e subsolo marinhos.

Entre os pedidos de crédito com valores elevados destacam-se o PL 28/08-CN, que libera R\$ 2,85 bilhões para os ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego, e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e o PL 32/08-CN, que concede à Eletrobrás crédito suplementar no valor de R\$ 780,74 milhões.

Créditos suplementares e especiais são modalidades de créditos adicionais, utilizados para retificar a lei orçamentária durante sua execução. Os especiais destinam-se a despesas para as quais não existe dotação específica; os suplementares, por sua vez, visam ao reforço de dotações já existentes no Orçamento.

Salário mínimo

O valor do salário mínimo para o próximo ano foi mantido em R\$ 464,72, seguindo a proposta orçamentária do governo federal.

Programas sociais

O relator informou ainda que os cortes no Orçamento de 2009 não deverão atingir as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e os programas sociais, a exemplo do Bolsa Família.

O parecer preliminar é um texto que limita a atuação do Congresso Nacional na apreciação da proposta orçamentária, ao ampliar as restrições quanto ao cancelamento de dotações impostas pelo artigo 166 da Constituição, pelas leis de diretrizes orçamentárias e pela Resolução 1/06-CN. Nele são definidos também critérios para cancelamento de dotações a serem observados pelo relator-geral e pelos relatores setoriais, visando à formação de "banco de fontes" para o atendimento de emendas.



Marcelo Crivella diz que publicação manipulou opinião pública contra ele

Crivella afirma que foi vítima de ataques de jornal

Em seu primeiro discurso no Senado depois das eleições, Marcelo Crivella (PRB-RJ), que foi candidato à prefeitura do Rio de Janeiro, fez pesadas críticas ao jornal *O Globo*, sustentando que a publicação lhe dirigiu ataque brutal e vil, manipulando de forma escandalosa a opinião pública contra sua candidatura.

Crivella disse que o jornal divulgou notícias que procuravam atingir sua imagem, deturpar suas palavras, desconstruir a aliança partidária em torno do PRB e conduzir a opinião pública para uma posição de rejeição automática às suas propostas.

O senador também acusou o instituto Datafolha de ter publicado, às vésperas das eleições, pesquisa cujo resultado destoava dos outros institutos e colocava seus dois adversários em empate técnico (Eduardo Paes e Fernando Gabeira).

Jayne cobra mais atenção com a segurança em MT

Ao anunciar em Plenário o fim da greve da Polícia Civil de seu estado, após acordo entre a categoria e o governo, Jayme Campos (DEM-MT) fez um apelo ao governador Blairo Maggi para que invista mais em segurança pública.

De acordo com o senador, Mato Grosso vem enfrentando uma crise na área, "pela falta de aptidão do Palácio Paiaguás para promover uma profunda e eficiente reestruturação no setor". E os efeitos da apatia, explicou, tornam o estado um dos mais perigosos do país.

Jayne Campos citou dados segundo os quais o aumento do número de cidades em Mato Grosso não foi acompanhado pelo crescimento do número de delegados. Frisou que a solução não se resume em "pagar melhor e armar, mas treinar e capacitar, e dar educação, saúde e oportunidade para os jovens".

CCT pode apresentar emendas

Projeto de Resolução (PRN) 5/07 que inclui a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (CCT) do Senado entre as comissões permanentes que podem apresentar emendas ao projeto de lei orçamentária foi acolhido ontem pelo Congresso, na forma de substitutivo.

Como a comissão foi criada no início de 2007, ela não estava contemplada na Resolução do Congresso 1/06, que menciona quais comissões da Câmara e do Senado podem formular emendas.

A CCT oferecerá três emendas de apropriação e três emendas de remanejamento ao projeto do Orçamento nas áreas temáticas de infra-estrutura; educação, cultura, ciência e tecnologia, e esporte; justiça e defesa; e saúde e agricultura.

– A comissão atingiu a sua plenitude – disse, após a aprovação, o senador Wellington Salgado (PMDB-MG), presidente do colegiado.



Jayne Campos defende mais oportunidade para os jovens

Congresso comemora em sessão solene, com a presença dos presidentes dos três Poderes e de outras autoridades, os 20 anos da Constituição

Lula afirma que o principal legado é a democracia

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva declarou na sessão solene do Congresso Nacional que o principal resultado do trabalho da Assembléia Nacional Constituinte é a garantia da democracia. Foi a democracia, acrescentou Lula, que permitiu a eleição de um metalúrgico como ele à Presidência do Brasil por duas vezes e de um negro, Barack Obama, à Presidência dos Estados Unidos.

– Não é pouca coisa eleger um negro para a Presidência dos Estados Unidos da América do Norte – observou o chefe do governo.

Estados Unidos

O presidente disse esperar um aperfeiçoamento das relações dos Estados Unidos com o Brasil e seus vizinhos do Sul e o fim do bloqueio econômico contra Cuba.

– Espero também que se encontre uma saída para o conflito do Oriente Médio, espero um fim do bloqueio a Cuba. Não há justificativa para esse bloqueio – observou.

No discurso, Lula rememorou fatos que vivenciou quando deputado constituinte, como quando foi convencido pelo deputado Alcení Guerra a votar a favor da licença-paternidade. Também lembrou que alguns setores do Partido dos Trabalhadores não queriam assinar o texto constitucional.

Rebatendo as críticas à Constituição, o presidente afirmou que o texto reflete a sociedade que elegeu a Assembléia Nacional Constituinte.

– A Constituição não é perfeita porque o ser humano não é perfeito; os políticos não são perfeitos – frisou Lula.



À mesa (a partir da esq.), Osmar Serraglio, Arlindo Chinaglia, Lula, Garibaldi, Gilmar Mendes, José Alencar e Inocêncio Oliveira

Garibaldi prega reformas e mudança no instituto da MP

EM SESSÃO SOLENE com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Congresso Nacional comemorou ontem os 20 anos da Constituição, promulgada em 5 de outubro de 1988. A solenidade contou com a presença de diversas autoridades. Na presidência da sessão, Garibaldi Alves Filho teve a seu lado, além de Lula, o vice-presidente José Alencar; os presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, e da Câmara dos Deputados, Arlindo

Chinaglia; o 2º vice-presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira; e o 1º secretário daquela Casa, Osmar Serraglio.

Ao falar logo depois de Lula, Garibaldi defendeu a aprovação de reformas, como a política e a tributária, e mudanças no instituto das medidas provisórias. Dirigindo-se a Gilmar Mendes, o senador lamentou que o STF às vezes aja como se tivesse a função de legislar.

Em seu pronunciamento, o presidente da República afir-

mou que a Carta não é perfeita porque os homens e os políticos não são perfeitos. Gilmar Mendes disse que a Constituição garante a normalidade democrática há 20 anos e que o STF tem sido um agente ativo desse processo.

Também falaram na sessão solene Arlindo Chinaglia e o 1º secretário do Senado, Efraim Morais (DEM-PB), para quem a necessidade de reforma é maior no campo econômico-financeiro e na organização do Estado.

Bosque dos Constituintes recebe novas árvores

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, plantou ontem, juntamente com os presidentes dos outros Poderes da República, novas árvores no Bosque dos Constituintes. A iniciativa rememorou aquela que foi, em 1988, uma das últimas cerimônias da Assembléia Nacional Constituinte – o plantio de árvores perenes –, que teve entre seus objetivos simbolizar as

normas legais que passariam a governar a vida do país recém-redemocratizado.

Além de Garibaldi, participaram do ato o presidente Luiz Inácio Lula da Silva; o ministro Gilmar Mendes, o deputado Arlindo Chinaglia; o governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda; e vários ex-constituintes.

Na cerimônia foi descerrada

uma placa reproduzindo o artigo 225 da Constituição, segundo o qual “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Exposições resgatam mostras e ilustrações sobre o período

Charges, caricaturas e ilustrações publicadas em jornais e revistas durante a elaboração do texto constitucional compõem a mostra *Salão de Humor da Constituinte*, aberta ontem pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves. A exposição resgata os debates e as disputas no Congresso, bem como alegrias e frustrações da sociedade brasileira, que acompanhava o

trabalho de redação da nova Carta.

A mostra está montada no *hall* entre as Alas Teotônio Vilela e Tancredo Neves, e pode ser visitada até o dia 19.

Também foi inaugurada ontem exposição de ilustrações do *Jornal da Constituinte*. A exposição enfatiza a contribuição da ilustração, da diagramação e da fotografia no periódico.

Mozarildo lembra sua luta pelo estado de Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse, em Plenário, estar satisfeito com sua atuação na Assembléia Nacional Constituinte, por “ter contribuído para transformar de fato os roraimenses em cidadãos brasileiros”.

O senador explicou que não compareceu à solenidade em que Lula entregou medalhas aos parlamentares constituintes por não ter perdoado as ofensas feitas aos parlamentares pelo presidente durante a campanha

eleitoral de 1994, ao chamá-los de “picaretas”.

Mozarildo Cavalcanti, no entanto, afirmou que irá guardar a medalha, que lhe foi enviada, por achar que a merece. Lembrou que, antes da Constituição de 1988, os cidadãos de Roraima eram “de segunda categoria”, uma vez que os governadores do então território eram nomeados e o estado era sub-representado no Congresso Nacional.



Mozarildo diz que os roraimenses se tornaram cidadãos brasileiros

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves • Papaléo Paes • Romeu Tuma • Augusto Botelho

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Morais
Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Comprador de aparelho de escuta

Os fabricantes de equipamentos de escuta telefônica e monitoramento deverão comunicar à Polícia Federal os dados cadastrais dos adquirentes, 24 horas após a entrega dos equipamentos, inclusive se o comprador for entidade ou órgão público. Foi o que decidiu ontem a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao aprovar projeto de lei (PLS 741/07) de autoria do senador Romeu Tuma (PTB-SP).

De acordo com a proposição, a exigência será obrigatória mesmo se o material for cedido provisoriamente ou a título precário. Na falta ou no atraso da comunicação, o fabricante pagará multa no valor de R\$ 100 mil, conforme emenda apresentada pelo relator, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

— É uma decisão profilática — resumiu o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), ao aplaudir a aprovação do projeto, votado na CCJ em decisão terminativa.

Fim da restrição para produzir radioisótopos

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que elimina as restrições ao setor privado para produção, comercialização e utilização de radioisótopos de uso médico recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A matéria (PEC 100/07) ainda terá de ser votada no Plenário.

O autor da PEC, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), lembra, no texto da proposição, que a Emenda Constitucional 49, de 2006, retirou o monopólio da União quanto aos radioisótopos meia-vida igual ou inferior a duas horas. Porém, argumenta, a medida é insuficiente, porque há demanda por outros tipos de radioisótopos, que seriam “essenciais na medicina nuclear — seja para fins de diagnóstico, seja para terapia —, mas continuam monopólio da União”.

Radioisótopos são elementos químicos radioativos (átomos que possuem núcleos instáveis). A meia-vida é o tempo necessário para que a atividade desses elementos seja reduzida à metade da ação inicial.

Augusto Botelho (PT-RR) enviou nota, lida ontem, na qual defende a PEC e declara que, apesar da flexibilização do monopólio da União, a produção de radioisótopos continua sendo realizada apenas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen).

Na semana passada, o relator da proposta, César Borges (PR-BA), disse que a PEC permitirá a democratização do uso de radioisótopos. Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) informou que a proposta recebeu o apoio da Associação dos Fiscais de Radioproteção e Segurança Nuclear e da Sociedade Brasileira de Biologia e Medicina Nuclear.



Maciel (2º à esquerda, entre Valter Pereira, Jarbas Vasconcelos e Cafeteira) preside reunião da CCJ

Comissão de Justiça aprova interrogatório por videoconferência

Conforme o projeto, recurso será utilizado apenas em situações excepcionais, como, por exemplo, para garantir a segurança pública

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem a proposta que permite o interrogatório de presos por meio de videoconferência. Foi acolhido o texto que o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) apresentou a projeto de lei (PLS 679/07) de Aloizio Mercadante (PT-SP). Como foi aprovado um substitutivo, a proposição será votada novamente pelo colegiado. A segunda votação será terminativa.

O presidente da CCJ, senador Marco Maciel (DEM-PE), ressaltou que há urgência na tramitação da matéria, “tendo em vista a manifestação do Supremo Tribunal Federal sobre a questão”. Ele se referia à decisão da corte, anunciada na semana passada, que julgou inconstitucional a lei estadual que permite o uso de videoconferência em interrogatórios no estado de São Paulo. De acordo com o Supremo, esse procedimento deveria ser tratado por uma lei federal — atribuição, portanto, do Congresso Nacional.

Jereissati afirmou que as modificações foram realizadas após acordo com

Mercadante e que o substitutivo não altera a essência do projeto, “apenas o aperfeiçoa”.

O texto prevê que o interrogatório do preso por meio de videoconferência ocorrerá apenas em situações excepcionais e quando o juiz permitir, motivado por questões como segurança pública e dificuldade do réu para comparecer em juízo. Jereissati reiterou que o procedimento seria uma exceção, e não uma regra, e reconheceu que a proposta “tem despertado polêmicas no meio jurídico”. Ele argumentou, no entanto, que a iniciativa seria necessária para suprir lacunas na legislação.

Durante a discussão da matéria, manifestaram-se favoravelmente os senadores Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), José Agripino (DEM-RN), Marconi Perillo (PSDB-GO) e Valter Pereira (PMDB-MS). Entre os pontos destacados, está a possibilidade de a videoconferência agilizar determinados processos judiciais.

Passa projeto que criminaliza jogo de azar

Foi aprovado ontem pela Comissão de Justiça parecer de Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) a projeto de lei que criminaliza a exploração de jogos de azar, incluindo o tradicional jogo do bicho e os eletrônicos. A proposta (PLS 274/06) retira a exploração do jogo de azar da Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei 3.688/41) para inseri-la no Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40). Com isso, o jogo passa a ser crime.

O projeto foi apresentado pela comissão parlamentar de inquérito que investigou de 2004 a 2005 as relações do jogo com o crime organizado, a chamada CPI dos Bingos.

Conforme o texto, que será votado pelo Plenário, quem explorar jogos de azar estará sujeito a pena de reclusão de um a três anos, mais multa. O projeto aumenta a pena em um terço se o crime for praticado por funcionário público, e se existir, entre os empregados ou no próprio local de jogo, menor de 18 anos.

Considera-se jogo de azar todo aquele, eletrônico ou não, em que o ganho ou a perda dependa da sorte, ou toda a atividade que, mediante bilhetes, listas, cupons, vales, cartelas, sinais, símbolos ou meios análogos, faz depender de sorteio a obtenção do prêmio.

Licença para concorrer a reeleição

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que obriga os chefes do Poder Executivo (presidente da República, governadores e prefeitos) a tirar licença de seis meses quando forem candidatos a reeleição recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. De autoria do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), a matéria passará ainda por dois turnos de discussão e votação no Plenário do Senado e, se aprovada, será enviada à deliberação da Câmara.

Em defesa da proposta (PEC 65/07), Jarbas Vasconcelos argumenta que a prática de os governantes disputarem a reeleição sem se afastar de suas atribuições executivas representa uma anomalia do processo eleitoral. Assim, frisa o senador, “a disputa nas urnas com outros postulantes fica forçosamente desequilibrada em benefício do detentor atual do poder”. Nesse contexto, a licença seria “condição essencial para manter a legitimidade dos resultados eleitorais”.

Ao manifestar seu voto favorável, o relator da matéria, Arthur Virgílio (PSDB-AM), citando o jurista Erick Wilson Pereira, sustentou “que os chefes do Poder Executivo estão em posição privilegiada em relação aos demais candidatos, pois têm maior acesso aos meios de comunicação, além de maior facilidade de apoio e financiamento, o que lhes permite fazer a campanha eleitoral com facilidade”.

Internet como veículo oficial de comunicação

O governo federal, os estados, o Distrito Federal e os municípios poderão utilizar a internet como veículo de comunicação oficial. É o que estabelece projeto de Demostenes Torres (DEM-GO) aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça, com parecer favorável de Serys Slhessarenko (PT-MT). O projeto vai à análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Para Demostenes Torres, se a proposta (PLS 323/06) for transformada em lei, irá permitir maior controle social da gestão pública, principalmente nos pequenos municípios. “O uso da internet como meio de divulgação de informações oficiais dará maior transparência aos atos das três esferas de governo, ao mesmo tempo em que vai atingir a população prontamente, com maior abrangência e de forma eficaz”, prevê o senador.

A comissão acolheu ainda parecer de Francisco Dornelles (PP-RJ) a projeto de lei (PLC 162/08) que cria cargos efetivos e funções comissionadas no quadro do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, com sede no Rio de Janeiro. Foi aprovado também projeto (PLC 163/08) que eleva de três para quatro o número de auditores do quadro do Tribunal de Contas da União (TCU). As duas proposições seguem para o Plenário.



Fotos de J. Freitas

CCJ também aprovou ontem a criação de cargos no Tribunal Regional do Trabalho no Rio de Janeiro

Kátia Abreu pede devolução de INSS a prefeituras

A Receita Federal do Brasil poderia fazer os cálculos sobre quanto as prefeituras têm a receber de INSS cobrado a mais em renegociações feitas no passado com a Previdência, propôs Kátia Abreu (DEM-TO). Essa devolução se deve a súmula do Supremo Tribunal Federal segundo a qual os prazos de decadência e prescrição de contribuições previdenciárias são de cinco, e não de dez anos.

A senadora disse que centenas de prefeituras enfrentam dificuldades financeiras por causa dos compromissos com o INSS. Agora, para terem de volta as quantias pagas a mais, devem entrar na Justiça, mas não por ação coletiva, pois cada prefeitura tem uma situação diferente. Ela foi apoiada por Valter Pereira (PMDB-MS).



Kátia Abreu propõe que a Receita calcule o INSS cobrado a mais

Augusto festeja gratuidade de cursos do Sistema S

Augusto Botelho (PT-RR) parabenizou o presidente Lula pela assinatura de cinco decretos que permitiram a gratuidade nos cursos para trabalhadores de baixa renda no Sistema S – os sistemas sociais e de aprendizagem da Indústria (Sesi), do Comércio (Senac), do Transporte e outros.

Os decretos, assinados ontem, também permitem o aumento da carga horária dos cursos que, segundo informou o senador, serão implantados em 2,8 mil municípios, entre 2009 e 2014. Ele também aplaudiu os investimentos nas escolas técnicas federais, que somavam 140 em 2002 e hoje já são 185. O senador informou ainda que até 2010 o governo entregará outras 214.



Augusto Botelho: serão implantados cursos em 2,8 mil municípios até 2014

Substitutivo a projeto de Paim que mantém paridade constante entre o valor de benefícios e o número de salários mínimos que eles representavam na data de sua concessão agora receberá decisão terminativa na votação complementar

Recomposição de aposentadorias e pensões é aprovada em comissão

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou substitutivo a projeto de Paulo Paim (PT-RS) que recompõe o poder aquisitivo das aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social aos seus segurados. A proposta mantém uma paridade constante entre o valor das aposentadorias e o número de salários mínimos que representavam os benefícios na data de sua concessão, sem vinculá-los diretamente.

Pelo projeto (PLS 58/03), a regra abrangia, também, os inativos e pensionistas da União, mas essa parte foi retirada durante sua tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), por ser considerada inconstitucional. Segundo a Carta Magna, é da competência exclusiva do presidente da República legislar sobre aumento de remuneração e aposentadoria de servidores públicos.

Dezenas de aposentados e pensionistas lotaram o plenário da comissão. Eles entregaram um manifesto com 1 milhão de assinaturas coletadas pela Confederação Nacional dos Aposentados (Conap), pedindo a aprovação da proposta.

A presidente da CAS, Patrícia Saboya (PDT-CE), marcou para a próxima quarta-feira a votação, em turno suplementar, do substitutivo, em decisão terminativa. O texto foi relatado por Expedito Júnior (PR-RO).

Durante sua tramitação na CCJ, o então senador Rodolpho Tourinho criou um parâmetro de atualização dos benefícios que denominou "índice de correção previdenciária". O mecanismo, sem atrelar diretamente as aposentadorias e pensões ao salário mínimo (o que é inconstitucional), não permite que haja desvalorização dos benefícios porque mantém seu poder aquisitivo ao longo dos anos.

Na CAS, Expedito Júnior explicou que a proposta também permite que, no prazo de cinco anos, haja uma recuperação gradativa das aposentadorias pagas atualmente, que perderam seu poder de compra ao longo dos últimos anos.

Batalha

A vice-presidente da CAS, Rosalba Ciarlini (DEM-RN), pediu a todos os aposentados que "continuem a luta, porque uma batalha foi vencida, mas a guerra pela aprovação final dependerá ainda de outras instâncias, como as comissões e o



Patrícia Saboya (E), presidente da CAS, marcou para a próxima quarta-feira o segundo turno de análise da proposta

Plenário da Câmara". Lembrou ainda que pode ser apresentado recurso para votação em Plenário do Senado, e que a matéria será submetida à sanção presidencial. Romeu Tuma (PTB-SP) prometeu fazer um apelo ao presidente Lula para que ele não vete a proposta, "que vai impedir o arrocho sofrido por aposentados nos dias de hoje".

Durante o debate, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) manifestou preocupação por ter sido informado de que "a ordem do Planalto é engavetar os projetos de Paulo Paim", tanto o que acaba com o fator previdenciário, que já está em tramitação na Câmara, quanto o que foi acolhido pela CAS nesta quarta-feira, que mantém o poder aquisitivo das aposentadorias. Segundo foi informado, somente esse último resultará numa despesa extra de R\$ 6,5 bilhões anuais, no Orçamento da União.

Vigília de Natal

Já Paim manifestou sua satisfação pela aprovação do projeto e fez questão de lembrar que a proposta está em discussão no Congresso desde 2003, "sempre com muita paciência e muita negociação". Disse, no entanto, que acredita na aprovação da proposta ainda em 2008, que considera um ano especial por marcar os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e os 20 anos da Constituição.

– Este ano será, também, o Ano dos Aposentados no Brasil. Acabar com o fator previdenciário é ponto de honra para todos aqueles que têm sensibilidade social. E garantir o valor aquisitivo das pensões e aposentadorias, ao longo dos anos, representa uma segunda conquista histórica. Se for preciso, os parlamentares farão uma vigília no dia de Natal, nas duas Casas do Congresso, para conseguirmos a aprovação desses dois projetos – afirmou Paim.

Paim acredita que Lula não vetará proposta

Paulo Paim (PT-RS) afirmou ter saboreado uma vitória com a aprovação do projeto que recompõe o poder aquisitivo das aposentadorias. O senador disse que 600 idosos estiveram presentes à votação na CAS.

– Espero que nenhum senador aceite colocar o seu nome em um recurso para que o projeto venha para o Plenário. Vamos deixar que ele siga naturalmente como as águas do rio em direção ao oceano, ou seja, à Câmara.

Paim disse estar convicto de que não haverá veto do presidente Lula se a Câmara acolher a matéria. O senador foi cumprimentado por Mário Couto (PSDB-PA), Papaléo Paes (PSDB-AP), Flávio Arns (PT-PR), Augusto Botelho e Kátia Abreu.

Mário Couto: única esperança está no Congresso

"A única esperança dos aposentados do Brasil está aqui", disse Mário Couto (PSDB-PA). O senador se referia à possibilidade de serem aceitas as duas propostas em análise na Câmara: a que extingue o fator previdenciário (PLS 201/06), e a que, após emenda, garante às aposentadorias o mesmo reajuste concedido ao salário mínimo (PLS 42/07).

Mário Couto destacou que segundo o ministro da Previdência, José Pimentel, no caso de aprovação das 105 proposições sobre aposentadoria que tramitam no Congresso seriam utilizados mais de 25% do PIB do Brasil com gastos previdenciários. O senador, no entanto, disse que se está pedindo a aprovação de apenas dois desses projetos.

Adicional de periculosidade para vigilantes é acatado na CAS

Proposta que concede adicional de periculosidade aos vigilantes, no valor de 30% de seus respectivos salários, foi aprovada ontem na Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

O projeto (PLS 682/07), de Serys Sihessarenko (PT-MT), abrange os setores de vigilância patrimonial e pessoal e de transportes de valores. O adicional é calculado sobre os salários dos vigilantes, não abrangendo o valor de gratificações, prêmios ou participações nos lucros das empresas. O relator, José Nery (PSOL-PA), destacou que esse adicional representa uma compensação imperfeita, mas desti-

na-se a conferir um contraponto ao elevado risco que enfrentam os vigilantes em seu trabalho.

Na mesma reunião, a CAS acatou projeto (PLS 614/07) do então senador Sibá Machado a respeito do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar). A proposta, relatada por Jayme Campos (DEM-MT), será ainda votada em decisão terminativa na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

A comissão acolheu também dois requerimentos de Paulo Paim para a realização de audiências sobre a profissão de teólogo e sobre Semana de Valorização da Primeira Infância.



É preciso definir a que jornada o piso se refere, diz Fátima Cleide

Fátima Cleide critica ação contra piso nacional dos professores

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) protestou contra a ação direta de inconstitucionalidade (Adin) que alguns governadores protocolaram no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a Lei 11.738/08, que instituiu o piso salarial nacional para os professores da educação básica, no valor de R\$ 950.

Os autores da Adin são os governadores de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira; do Paraná, Roberto Requião; de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli; do Ceará, Cid Gomes; e do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius. De acordo com a senadora, a página do STF na internet informa que os go-

vernadores de São Paulo, José Serra; de Minas Gerais, Aécio Neves; de Roraima, José de Anchieta Júnior; do Tocantins, Marcelo Miranda; e do Distrito Federal, José Roberto Arruda, apóiam a medida, embora não a tenham assinado.

Conforme Fátima Cleide, os governadores alegam que

não são contra o piso salarial nacional, mas gostariam que a lei não tratasse também da fixação da jornada de trabalho e do tempo máximo de atividade em classe.

– Para haver um piso tem-se que definir a qual limite de jornada de trabalho ele se refere – defendeu a senadora.